



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO  
XI CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**INSTRUÇÕES AO CANDIDATO**

**PRIMEIRA PROVA ESCRITA – 2ª ETAPA  
Cuiabá – Mato Grosso  
19 de fevereiro de 2006**

01. A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
02. Não será permitida nenhuma forma de consulta.
03. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões faz parte da prova.
04. Confira se seu caderno de prova contém todas as questões numeradas de 01 a 50. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
05. Ao terminar a prova, devolva o cartão de respostas preenchido. **Não destaque a ficha de identificação.**
06. Preencher o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. Não rasure nenhuma questão. Não utilizar corretor.
07. Não escreva nada no cartão de respostas, além dos dados solicitados. Qualquer anotação feita no mesmo torná-lo-á nulo.
08. O candidato poderá levar o caderno de questões **após decorridas 2 (duas) horas.**
09. Atente para o tempo de preenchimento do cartão de respostas, pois, após a duração de 04 (quatro) horas os mesmos serão recolhidos.
10. O gabarito relativo à primeira prova escrita será divulgado logo após a sessão pública de divulgação do resultado, o qual será afixado na portaria principal do prédio do TRT da 23ª Região e disponibilizado via Internet no endereço eletrônico [www.trt23.gov.br](http://www.trt23.gov.br).
11. A sessão pública de identificação das provas e divulgação do resultado ocorrerá no dia 21.02.2006, a partir das 18 horas, na nova sede do TRT da 23ª Região, situada na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 3355 – Centro Político e Administrativo.

**COMISSÃO DE CONCURSO**

## DIREITO DO TRABALHO

### **01) Considere as proposições abaixo formuladas e assinale a alternativa correta:**

- I- o Direito do Trabalho não pode ser considerado um ramo jurídico autônomo, na medida em que não possui institutos e princípios próprios;
- II- as fontes formais justralhistas podem ser classificadas em autônomas e heterônomas e, nessa esteira de entendimento, os tratados e convenções internacionais favorecidos por ratificação e adesão internas são fontes autônomas e os acordos coletivos de trabalho são fonte heterônoma;
- III - a CLT não é fonte formal de Direito do Trabalho;
- IV- no caso de conflito entre duas fontes materiais de Direito do Trabalho, prevalece sempre a de hierarquia superior;
- V- a decisão arbitral, tomada por alguém escolhido por entidades juscoletivas, de aplicação no âmbito das respectivas bases sindicais, constitui-se fonte material de Direito do Trabalho.

- a) somente o item I está incorreto;
- b) somente os itens I e II estão incorretos;
- c) somente os itens I, II, IV e V estão incorretos;
- d) somente os itens I, II, III, IV estão incorretos;
- e) todos os itens estão incorretos.

### **02) Assinale a alternativa correta:**

- I- quando houver discordância entre o que ocorre na prática e o que emerge de documentos, pelo princípio da primazia da realidade do Direito do trabalho, o julgador deve dar preferência ao que se extrai dos documentos;
- II- sobre o princípio da irrenunciabilidade do Direito do Trabalho, é correto afirmar que a autonomia da vontade sofre limitações e o vício de consentimento é presumido;
- III- na demanda submetida à Comissão de Conciliação Prévia, regularmente constituída, é válido o Termo de Conciliação firmado entre o trabalhador e empregador, no qual o obreiro concorda em receber 50% das verbas rescisórias incontroversas, porquanto se trata de transação;
- IV- parte da doutrina defende que a relação de trabalho em sentido amplo é toda e qualquer prestação laboral, tais como: parceria, empreitada de mão-de-obra, serviços autônomos dos representantes e locação de serviços, e relação de emprego é uma das espécies de relação de trabalho, a qual tem como principal característica a dependência ou subordinação jurídica;
- V- são requisitos essenciais do contrato de trabalho: continuidade, subordinação, onerosidade, pessoalidade, dependência econômica e alteridade.

- a) estão incorretos apenas os itens I, II e V
- b) estão incorretos apenas os itens I, II e III;
- c) estão corretos apenas os itens II e IV;
- d) estão corretos apenas os itens II, IV e V;
- e) estão corretos apenas os itens II, III e IV.

### **3) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços;
- b) considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário;
- c) considera-se mãe social aquela que, dedicando-se à assistência ao menor abandonado, exerça o encargo em nível social, dentro do sistema de casas-lares, a qual é assegurada, dentre outros direitos, a anotação na CTPS e remuneração em valor não inferior ao salário mínimo;
- d) considera-se serviço voluntário a atividade remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza, ou à instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade;
- e) o estágio curricular deve propiciar ao aluno a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares e somente podem conceder o estágio, as pessoas jurídicas de direito privado, órgãos da administração pública e as instituições de ensino, não podendo, portanto, ser concedentes do estágio os profissionais liberais pessoas físicas, tais como: advogados e médicos.

### **4) É correto afirmar-se que:**

- a) na sucessão de empregadores, ocorre a substituição de uma pessoa por outra na mesma relação jurídica, em que o sucessor não responde pelos créditos trabalhistas dos empregados que permanecem laborando no estabelecimento;
- b) o reconhecimento do grupo econômico, para fins trabalhistas, não implica na imposição de solidariedade passiva entre as entidades componentes do grupo perante os créditos trabalhistas, decorrentes de contrato de trabalho subscrito por uma ou algumas dessas entidades;
- c) o consórcio de empregadores rurais é formado pela união de produtores rurais, pessoas físicas, que outorgar a um deles poderes para contratar, gerir e demitir trabalhadores para prestação de serviços, exclusivamente, aos seus integrantes, mediante documento registrado em cartório de títulos e documentos;
- d) considera-se empregador rural típico tão-somente a pessoa física proprietária ou não, que explore atividade agroeconômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com o auxílio de empregados;
- e) nenhuma das alternativas está correta.

### **5) A respeito da terceirização no Direito do Trabalho e consubstanciado na Súmula 331 do TST, não é correto afirmar:**

- a) a terceirização da atividade que não corresponda à atividade-fim da empresa tomadora de serviços é sempre considerada ilícita;
- b) admite-se a triangulação da relação jurídica material, quando voltada para a atividade-meio do tomador de serviços e inexistir a pessoalidade e a subordinação direta;
- c) o fato de ter sido a terceirização de serviços lícita não afasta a responsabilidade subsidiária da tomadora, quando esta age com culpa "in eligendo" e culpa "in vigilando" ao contratar com empresa inidônea economicamente;
- d) não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de limpeza, vinculados à atividade meio, sem a existência de pessoalidade e subordinação direta;
- e) o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, órgão da administração direta, desde que o referido órgão haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

**6) Marque a alternativa correta:**

- a) o contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e apenas por prazo indeterminado;
- b) o consenso válido não é considerado como elemento essencial do contrato de emprego sob o aspecto jurídico-formal;
- c) o objeto ilícito do contrato de emprego é caracterizado pelo trabalho em condições proibidas, tais como: menores em período noturno ou em condições perigosas ou insalubres, e estrangeiro sem autorização administrativa para prestação de serviços;
- d) condição resolutiva do contrato de emprego constitui-se em elemento acidental, e a CLT prevê hipótese expressa desta condição ao preceituar no § 2º, do artigo 475, que “se o empregador houver admitido substituto para o aposentado, poderá rescindir, com este, o respectivo contrato de trabalho sem indenização, desde que tenha havido ciência inequívoca da interinidade ao ser celebrado o contrato”;
- e) constitui contrato plúrimo o pacto formado entre um empregado e diversos entes integrantes de grupo econômico para fins trabalhistas.

**7) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) no Direito do Trabalho a indeterminação do prazo do contrato de emprego constitui-se a regra geral, em que os pactos a prazo certo são exceções em estritas hipóteses especificadas em lei;
- b) o contrato de emprego por prazo determinado, que contenha cláusula assecuratória de rescisão antecipada e recíproca, não se converte em contrato por prazo indeterminado, caso exercido tal direito por qualquer das partes;
- c) é lícita, de acordo com a CLT, a celebração de contrato de emprego por prazo determinado, nas hipóteses de execução de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo e de atividades empresariais de caráter transitório;
- d) o contrato de experiência, conforme a CLT, trata-se de contrato por prazo determinado celebrado a termo certo – “certus an” e “certus” quando -, cujo contrato não poderá exceder de 90 dias;
- e) contrato de safra é o pacto empregatício rural a prazo certo, cujo termo final seja fixado em função das variações estacionais da atividade agrária, cujo termo final, geralmente, é incerto – “certus an” e “incertus” quando -.

**8) Analise as proposições abaixo formuladas, e marque a alternativa correta:**

- I- o contrato de empreitada diferencia-se do contrato empregatício, porque, em regra, na empreitada emerge relativa indeterminação no atinente ao resultado da obra e no liame empregatício é determinado quanto ao resultado do serviço prestado, sendo prescindível a análise da autonomia ou subordinação que se irradia dos elementos fático-jurídicos;
- II- a despeito de o contrato empregatício e de o mandato serem considerados contrato de atividade, ambos se diferenciam, na medida em que o primeiro, em regra, pratica atos jurídicos e o segundo atos materiais, cuja relação jurídica é sempre dúplice;
- III- contrato de sociedade diferencia do contrato empregatício, porque neste, embora haja a noção de uma confiança mínima entre as partes – fidúcia -, não está presente o elemento da *affectio societatis*, a qual faz convergir os interesses dos sócios para o mesmo fim;
- IV- o contrato de representante comercial previsto na Lei 4.886/65 diferencia do contrato de emprego, porquanto neste emergem das ralações fático-jurídicas a subordinação e a pessoalidade e naquele é comum, na prática, a fungibilidade da figura pessoal do representante no exercício de suas atividades, em que a subordinação jurídica é mitigada, além de não ser continua.

- a) estão corretos apenas os itens I, II e III;
- b) estão incorretos apenas os itens I e IV;(\*)
- c) estão incorretos apenas os itens I e III;
- d) estão corretos apenas os itens II e III;
- e) estão corretos apenas os itens III e IV.

**9) Marque a alternativa correta:**

- a) é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos;
- b) de acordo com a Convenção OIT nº 182, promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12.09.2000, a expressão "as piores formas de trabalho infantil" abrange, também, o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças;
- c) ao menor de 16 anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas;
- d) em nenhuma hipótese é permitido o trabalho do menor em local insalubre ou perigoso;
- e) quando o menor de 18 anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um não serão totalizadas, uma vez que se trata de contratos de emprego firmados com empregadores diversos.

**10) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) o empregador, no exercício do poder diretivo, tem o direito de fiscalizar e controlar as atividades de seus empregados, dando conteúdo à atividade concreta do trabalhador, visando a realização das finalidades da empresa;
- b) o poder disciplinar é o conjunto de prerrogativas de que goza o empregador no sentido de propiciar a imposição de sanções aos empregados, em razão dos descumprimentos de obrigações contratuais;
- c) quando o empregador, valendo-se do seu poder diretivo, submete o empregado a tratamento humilhante e discriminatório, resta configurada a conduta ilícita, passível de indenização por dano moral ou assédio moral, mormente porque o exercício do poder diretivo encontra limites nos direitos da personalidade, dos quais o direito à intimidade constitui uma espécie e é corolário da dignidade da pessoa humana;
- d) o poder diretivo não cria sujeição do trabalhador ao empregador, já que pode exercer o direito de resistência contra ordens ilícitas, conhecido como “jus resistendae”, razão por que pode o empregado recusar a transferência em qualquer hipótese.
- e) as alternativas “a”, “b”, “c” estão corretas.

**11) Assinale a alternativa correta:**

- a) serão computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários;
- b) o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será, em qualquer hipótese, computado na jornada de trabalho;
- c) de acordo com entendimento sumulado pelo colendo Tribunal Superior do Trabalho, a jornada de trabalho do gerente de agência bancária é de oito horas, quando a gratificação não seja inferior a 1/13 do salário do cargo efetivo e, com relação ao gerente-geral de agência bancária, presume-se o exercício de encargo de gestão, o que o exclui da aplicação das regras de duração de trabalho. (\*\*)
- d) considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte horas semanais;
- e) a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas, mediante acordo verbal entre empregador e empregado, ou mediante convenção coletiva de trabalho.

**12) No atinente aos intervalos intrajornadas, é correto afirmar-se:**

- a) em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de uma hora e, salvo acordo escrito ou convenção coletiva em contrário, não poderá exceder de duas horas, cujos intervalos são remunerados;
- b) não excedendo de seis horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de quinze minutos quando a duração ultrapassar quatro horas, cujo intervalo é remunerado;
- c) nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), a cada período de noventa minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de dez minutos não deduzidos da duração normal do trabalho, cujo intervalo é remunerado.
- d) quando o intervalo para repouso e alimentação, previsto no, “caput” artigo 71, da CLT, não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo cinquenta por cento sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho
- e) todas alternativas estão corretas.

**13) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) de acordo com o entendimento sumulado pelo colendo Tribunal Superior do Trabalho, o veículo fornecido pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho, têm natureza salarial, na hipótese de o veículo ser utilizado pelo empregado também em atividades particulares;
- b) nos termos da CLT, compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber;
- c) nos termos da CLT, integram o salário, não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagem que excedam de 50% do salário percebido pelo empregado e abonos pagos pelo empregador;
- d) na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante;
- e) conforme previsão da CLT, não será considerada como salário-utilidade a assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde ao empregado.

**14) Examine as proposições abaixo e marque a alternativa correta:**

- I- possuem natureza salarial as comissões, o abono, adicionais, gratificação de função e o terço constitucional sobre as férias não gozadas;
- II- o salário por tarefa é aquele que se afere por unidade de obra, cujo cômputo adota como parâmetro a produção alcançada pelo empregado;
- III- os adicionais consistem em parcelas contraprestativas suplementares devidas ao empregado em virtude do exercício do trabalho em condições menos gravosas;
- IV- entende-se por salário profissional o patamar salarial mínimo aplicável no contexto da categoria representada pelo respectivo sindicato obreiro participe na relação processual de dissídio;
- V- no tocante aos dispositivos legais referentes ao salário ou remuneração podemos afirmar que a periodicidade de pagamento não poderá, em qualquer hipótese, ser superior a um mês.

- a) somente o item I está correto;
- b) somente os itens II e III estão incorretos;
- c) somente os itens II, III e IV estão incorretos; (\*\*\*)
- d) somente os itens I e V estão corretos;
- e) todos os itens estão incorretos.

**15) Assinale a alternativa correta no tocante à equiparação salarial prevista no artigo 461, e parágrafos, da CLT, em consonância com o entendimento sumulado pelo colendo Tribunal Superior do Trabalho:**

- a) para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço no emprego.
- b) a equiparação salarial é possível se o empregado e o paradigma exercerem tarefas diferentes, mas desde que os cargos tenham mesma denominação;
- c) desde que atendidos os requisitos do art. 461 da CLT, é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, que pode ser avaliado por sua perfeição técnica, cuja aferição terá critérios objetivos.
- d) na ação de equiparação salarial, a prescrição é total, decorrente de ato único;
- e) é necessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento.

**16) Assinale a alternativa correta:**

- a) nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração unilateral das respectivas condições, desde que não resultem, apenas de forma direta, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia;
- b) considera-se alteração unilateral do contrato individual de trabalho a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
- c) as despesas resultantes da transferência correrão por conta do empregado;
- d) o empregador, no exercício do poder diretivo, tem, pela regra geral, a faculdade de transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança de seu domicílio;
- e) de acordo com a CLT, são consideradas lícitas as transferências dos empregados pelo empregador: quando tais empregados exerçam cargo de confiança; aqueles cujos contratos tenham como condição implícita ou explícita, a transferência; quando a transferência decorra de real necessidade de serviço e quando houver a extinção do estabelecimento, em que trabalhar o empregado.

**17) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) ao empregado afastado do emprego são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa;
- b) o afastamento previdenciário, por motivo de doença do trabalho, a partir do 16º dia, é caso de suspensão do contrato de trabalho;
- c) o afastamento do trabalho por motivo de acidente de trabalho até 15 dias é caso de interrupção do contrato de trabalho;
- d) o contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de dois a 12 meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado;
- e) as faltas de empregado até nove dias, que exerce a função de professor, por motivo de gala ou de luto em consequência de falecimento do cônjuge, do pai ou mãe, ou de filho, são consideradas como interrupção do contrato de trabalho.

**18) Examine as proposições abaixo e marque a alternativa correta:**

- I- o instrumento de rescisão ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor, sendo válida a quitação, apenas, relativamente às mesmas parcelas.
- II- para fins trabalhistas, incontinência de conduta consiste na conduta culposa do empregado que atinja a moral, sob o ponto de vista sexual, prejudicando o ambiente de trabalho ou suas obrigações contratuais, enquanto o mau procedimento trata-se de conduta culposa do empregado que atinja a moral, sob o ponto de vista geral, excluído o sexual, prejudicando o ambiente de trabalho ou suas obrigações contratuais;
- III- segundo o entendimento sumulado pelo colendo Tribunal Superior do Trabalho, quando reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais;
- IV- segundo o entendimento sumulado pelo colendo Tribunal Superior do Trabalho, presume-se o abandono de emprego se o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de 30 (trinta) dias após a cessação do benefício previdenciário nem justificar o motivo de não o fazer.

- a) está correto apenas o item I;
- b) estão corretos apenas os itens I e II;
- c) estão corretos apenas os itens I, II, e III;
- d) estão corretos apenas os itens I, II e IV;
- e) todos os itens estão corretos.

**19) Assinale a alternativa correta:**

- a) segundo o entendimento sumulado pelo colendo Tribunal Superior do Trabalho, a projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos e verbas rescisórias. No caso de concessão de auxílio-doença no curso do aviso prévio, todavia, só se concretizam os efeitos da dispensa depois de expirado o benefício previdenciário.
- b) no caso de morte do empregador constituído em empresa individual, não é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho, já que o liame empregatício permanece em vigor, em face do princípio da continuidade da relação de emprego;
- c) empregado e empregador não poderão pactuar, mediante acordo, a cessação do contrato individual de trabalho;
- d) nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado, será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

**20) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) segundo a doutrina, é correto afirmar que a garantia de emprego ou estabilidade provisória restringe o direito de o empregador dispensar o empregado sem que haja motivo relevante ou causa justificada durante certo período, vale dizer, é a impossibilidade temporária da dispensa do empregado, salvo as hipóteses previstas em lei, como ocorre, por exemplo, com o dirigente sindical e cipeiro;
- b) aos membros do Conselho Curador do FGTS, enquanto representantes dos trabalhadores, efetivos e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo sindical;
- c) os empregados de empresas que sejam eleitos diretores de sociedades cooperativas pelos mesmos criadas gozarão das garantias asseguradas aos dirigentes sindicais pelo artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho;
- d) conforme o entendimento sumulado pelo colendo Tribunal Superior do Trabalho, o empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical goza de estabilidade, quando exerce na empresa atividade não-pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.
- e) os cipeiros, detentores da estabilidade provisória, não poderão sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

**21) Assinale a alternativa correta:**

- a) para efeito da Lei do FGTS nº 8.036, de 11/05/90, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS, considerando como diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo;
- b) O depósito do FGTS não é devido em caso de licença à gestante;
- c) de acordo com a CLT, a prescrição do direito de reclamar a concessão das férias ou o pagamento da respectiva remuneração é contada do término do prazo relativo ao período aquisitivo, ou, se for o caso, da cessação do contrato de trabalho.
- d) é prescricional o prazo de trinta dias para a instauração de inquérito judicial, a contar da suspensão, por falta grave, de empregado estável.
- e) a menoridade, para fins trabalhistas, é causa suspensiva da prescrição.

**22) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) cabe às empresas cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho; instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais; adotar as medidas que lhes sejam determinadas pelo órgão regional competente e facilitar o exercício da fiscalização pela autoridade competente;
- b) cabe aos empregados observar as normas de segurança e medicina do trabalho;
- c) os locais de trabalho deverão ter ventilação natural, compatível com o serviço realizado, sendo que a ventilação artificial será obrigatória sempre que a natural não preencha as condições de conforto térmico;
- d) os que trabalharem em serviços de eletricidade ou instalações elétricas devem estar familiarizados com os métodos de socorro a acidentados por choque elétrico;
- e) a empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados, cujos equipamentos poderão ser utilizados sem a indicação do Certificado de Aprovação do Ministério do trabalho.

**23) Não é correto afirmar que:**

- a) o Direito Coletivo do Trabalho é o segmento do Direito do Trabalho encarregado de tratar da organização sindical, da negociação coletiva, dos contratos coletivos, da representação dos trabalhadores e da greve;
- b) a Convenção 87 da OIT contém várias garantias, dentre as quais a de que o Estado não poderá interferir ou intervir no sindicato, de maneira a impedir o exercício do direito sindical;
- c) a exigência da contribuição sindical está em conflito com o princípio da liberdade sindical;
- d) a categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida diferenciadas;
- e) a lei não poderá exigir autorização do Poder Público para fundação de Sindicato, ressalvado o registro no órgão competente.

**24) É correto afirmar que:**

- a) a Convenção Coletiva de Trabalho, segundo a CLT, é o acordo de caráter normativo, pelo qual os sindicatos representativos de categorias profissionais celebram pactos com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, com a estipulação de condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa ou das empresas acordantes às respectivas relações de trabalho;
- b) na greve, são assegurados aos grevistas, dentre outros direitos, o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve, bem como a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento;
- c) as Confederações representativas de categorias econômicas ou profissionais não poderão celebrar convenções coletivas de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, inorganizadas em sindicatos, no âmbito de suas representações;
- d) não será permitido estipular duração de Convenção ou Acordo superior a 1 (um) ano.;
- e) somente as alternativas “a” e “d” estão incorretas.

**25) Marque a alternativa correta:**

- a) é vedado recorrer à arbitragem como veículo para resolução de disputas coletivas no mercado de trabalho;
- b) na greve, frustrada a negociação coletiva, não é possível recorrer à via arbitral;
- c) às entidades sindicais, é vedado, direta ou indiretamente, o exercício de atividade econômica;
- d) não é vedada a criação de mais de um sindicato na mesma base territorial, na medida em que a Convenção 87 da OIT afasta a aplicação do princípio da unicidade sindical;
- e) todas alternativas estão incorretas.

## **DIREITO CIVIL**

### **26) Assinale a alternativa correta:**

- a) a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela compatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior;
- b) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, modifica a lei anterior;
- c) ab-rogação é a supressão total da norma anterior e a derrogação torna sem efeito uma parte da norma;
- d) consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício não tenha termo prefixo, ou condição preestabelecida alterável, a arbítrio de outrem;
- e) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta dias depois de oficialmente publicada.

### **27) Não é correto afirmar que:**

- a) toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil;
- b) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro;
- c) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade;
- d) são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;
- e) cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ouvido o tutor, se o menor tiver quatorze anos completos.

### **28) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) são pessoas jurídicas de direito privado os partidos políticos, as organizações religiosas e as fundações;
- b) começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo;
- c) a fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência;
- d) quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação, que se proponha a fim igual ou diverso a que se destinava;
- e) a validade do negócio jurídico requer agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.

**29) Examine as proposições abaixo e marque a alternativa correta:**

- I- a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado;
- II- no negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato;
- III- nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem;
- IV- no atinente ao negócio jurídico, o silêncio não importa anuência, ainda que as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa;
- V- no negócio jurídico, a manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

- a) somente o item IV está incorreto;
- b) somente o item V está incorreto;
- c) somente os itens IV e V estão incorretos;
- d) somente os itens II, III e IV estão corretos;
- e) somente os itens I, II, III estão corretos.

**30) Analise as proposições formuladas abaixo e assinale a alternativa correta:**

- I- aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito;
- II- também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes;
- III- não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício irregular de um direito reconhecido; e quando a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, ocorrer a fim de remover perigo iminente, cujo ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo;
- IV- violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição.
- V- se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

- a) são verdadeiras apenas I, II, III, IV;
- b) são verdadeiras apenas I, II, III, V;
- c) todas são verdadeiras;
- d) são verdadeiras apenas I, II, IV, V;
- e) são verdadeiras apenas I, II.

**31) Marque a alternativa correta:**

- a) no atinente aos bens, consideram-se móveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram, e o direito à sucessão aberta;
- b) os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis apenas por determinação da lei;
- c) a prescrição interrompida recomeça a correr da data do primeiro ato do processo para a interromper;
- d) a obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, ainda que o contrário resultar das circunstâncias do caso;
- e) nas obrigações alternativas, se todas as prestações se tornarem impossíveis sem culpa do devedor, extinguir-se-á a obrigação.

**32) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) qualquer interessado ou terceiro não interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor;
- b) há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda;
- c) a um dos credores solidários não pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros;
- d) se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível;
- e) enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a qualquer daqueles poderá este pagar.

**33) Não é correto afirmar que:**

- a) a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato;
- b) os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé;
- c) quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente;
- d) nos contratos de adesão, não são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio;
- e) nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

**34) É correto afirmar que:**

- a) permite-se a transação quanto a direitos patrimoniais de caráter privado, por intermédio da qual também se permite a transmissão, declaração e reconhecimento de direitos;
- b) não é admissível, na transação, a pena convencional;
- c) a transação aproveita terceiros que nela não intervieram;
- d) a transação só se anula por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa, e por erro de direito a respeito das questões que foram objeto de controvérsia entre as partes;
- e) sendo nula qualquer das cláusulas da transação, nula será esta e, quando a transação versar sobre diversos direitos contestados, independentes entre si, o fato de não prevalecer em relação a um não prejudicará os demais.

**35) Analise as proposições formuladas abaixo é assinale a alternativa correta:**

- I- considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços;
- II- faculta-se aos cônjuges, que tenham casado no regime da comunhão universal de bens, contratar sociedade, entre si ou com terceiros,;
- III- a sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação podem ser opostos a terceiros, antes de arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis;
- IV- na sociedade comum, não personificada, os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expreso limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer.

- a) apenas estão corretos I, II;
- b) apenas estão corretos I, II, III;
- c) apenas estão incorretos II, III;
- d) apenas está incorreto IV;
- e) apenas estão incorretos III, IV

**36) Está correto afirmar que não são características da sociedade cooperativa:**

- a) concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo;
- b) quorum, para a assembléia geral funcionar e deliberar, fundado no número de sócios presentes à reunião, e não no capital social representado;
- c) direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação
- d) distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado;
- e) divisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

**37) Marque a alternativa correta:**

- a) na responsabilidade civil, aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, ainda que o causador do dano for descendente seu relativamente incapaz.
- b) na responsabilidade civil, a culpa da vítima não impede que se concretize o nexo causal;
- c) é responsável pela reparação civil o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, cuja responsabilidade é subjetiva;
- d) na responsabilidade civil, “o fato de terceiro” não rompe o nexo de causalidade;
- e) pode-se afirmar que, na responsabilidade civil, será considerado “fato de terceiro”, causador do acidente de trabalho, aquele ato ilícito praticado por alguém que não seja nem o acidentado, nem o empregador ou seus prepostos.

## **DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO**

### **38) Assinale a alternativa correta:**

- a) a estrutura básica da OIT se constitui apenas dos órgãos: Conferência Internacional do Trabalho e Repartição Internacional do Trabalho;
- b) a Conferência Internacional do Trabalho é obrigada a celebrar suas reuniões, pelo menos, duas vezes por ano, incumbindo ao plenário da aludida Conferência constituir em cada reunião as comissões de composições tripartida;
- c) compete à Conferência Internacional do Trabalho, na qualidade de assembléia geral da OIT, a regulamentação internacional do trabalho e as questões que lhe são conexas, adotando para tal fim como instrumentos apenas as convenções e resoluções;
- d) materialmente, a recomendação não se distingue da convenção, configurando, todavia, a distinção no atinente aos efeitos, na medida em que somente as convenções são objeto de ratificação pelos Estados-Membro e as recomendações devem tão-somente ser submetidas à autoridade competente para legislar sobre a respectiva matéria, a qual poderá, a respeito, tomar a decisão que entender;
- e) todas alternativas estão incorretas.

### **39) Marque a alternativa incorreta:**

- a) o Mercosul trata-se de um instrumento intergovernamental aberto à adesão de outros países, com o objetivo de implementar o mercado comum, em que o Conselho do Mercado Comum (CMC) é o órgão de cúpula e o Grupo Mercado Comum (GMC) é órgão executivo;
- b) pode-se afirmar, doutrinariamente, que a imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro, no tocante aos litígios trabalhistas, tem caráter relativo quando se tratar de ato de gestão, uma vez que a Constituição Federal do Brasil é taxativa, ao fixar a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar os feitos em que entes de direito públicos externos figurem como parte;
- c) pelo princípio da “lex loci executionis”, não importa em qual lugar houve a contratação do empregado, mas sim onde se deu a prestação dos serviços, vale dizer, a relação jurídica é regida pelas leis vigentes no país da prestação de serviço e não por aquelas do local da contratação;
- d) após ser a Convenção aprovada pela Conferência Internacional do Trabalho, o governo do Estado-membro deve submetê-la, no prazo de 12 meses, ao órgão nacional competente que, no Brasil, é o Congresso Nacional;
- e) a ratificação é a maneira de se dar validade ao tratado, mostrando que o governo aprova o pacto, que passa a integrar sua ordem jurídica.

### **40) Acerca das convenções e recomendações da OIT, é correto afirmar que:**

- a) a vigência internacional de uma convenção começa a correr geralmente a partir de 24 meses;
- b) As recomendações e convenções precisam ser aprovadas pela Conferência em duas sessões seguidas, que são realizadas em dois anos seguidos;
- c) as convenções correspondem a leis supranacionais, pois a Conferência da OIT tem natureza de um parlamento, com a possibilidade de impor normas aos Estados-membros;
- d) na recomendação, embora ocorra número suficiente de adesões para que ela venha a se transformar em convenção, por deliberação do Conselho de Administração, passa a ter validade apenas como sugestão e indicação ao Estado, de modo a orientar o seu direito interno;
- e) todas alternativas estão incorretas.

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

### **41) Não é correto afirmar que:**

- a) a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social;
- b) a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; e a diversidade da base de financiamento são princípios constitucionais da Seguridade Social;
- c) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, princípio constitucional da Seguridade Social, significa que haverá idêntico valor para os benefícios;
- d) por universalidade da cobertura e do atendimento, princípio constitucional da Seguridade Social, entende-se que a proteção social deve alcançar todos os eventos cuja reparação seja premente, a fim de manter a subsistência de quem dela necessite e, no atinente ao atendimento, significa a entrega das ações, prestações e serviços de seguridade social a todos os que necessitem, tanto em termos de previdência social, obedecido o princípio contributivo, como no caso da saúde e da assistência social;
- e) equidade na forma de participação no custeio é um princípio constitucional da seguridade social.

### **42) Assinale a alternativa correta:**

- a) a pensão por morte pode ser protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente;
- b) o auxílio-doença sempre será devido, sem lapso de carência, ao segurado que ficar incapacitado para seu trabalho ou para a atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos;
- c) o auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão, nas condições diferentes da pensão por morte;
- d) é devido abono anual ao segurado e ao dependente da Previdência Social que, durante o ano, recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão;
- e) o auxílio-acidente será concedido, como indenização e em caráter substitutivo ao salário, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

### **43) É correto afirmar que incide contribuição previdenciária sobre as seguintes parcelas:**

- a) salário, gratificação, 13º salário e aviso prévio indenizado;
- b) salário, gratificação, 1ª parcela do 13º salário e comissões;
- c) horas extras, gorjetas, gratificação e salário-maternidade;
- d) salário, gratificação, 13º salário e diárias inferiores a 50% do salário;
- e) salário, prêmios, gratificação e ajuda de custo.

**44) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho;
- b) considera-se acidente do trabalho a doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;
- c) considera-se acidente do trabalho a doença do trabalho assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;
- d) não se equipara ao acidente de trabalho o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;
- e) equipara-se ao acidente de trabalho o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em conseqüência de ato de pessoa privada do uso da razão.

**45) A respeito do Programa do Seguro-Desemprego, não é correto afirmar que:**

- a) tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta;
- b) auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional;
- c) o seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado, por um período máximo variável de 03 (três) a 05 (cinco) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 24 (vinte quatro) meses;
- d) o depósito do FGTS constitui um dos requisitos para o trabalhador doméstico habilitar-se ao benefício do seguro-desemprego;
- e) o fato de o trabalhador possuir renda própria de qualquer natureza suficiente a sua manutenção e de sua família obsta o recebimento do benefício seguro-desemprego.

**46) Assinale a alternativa correta**

- a) em relação à exação previdenciária, pode-se definir que a decadência é extinção do direito do Instituto Nacional do Seguro Social de promover a execução judicial do seu crédito já constituído, em virtude de não tê-lo exercido dentro do prazo legal;
- b) em relação à exação previdenciária, a prescrição é a perda do direito de o Instituto Nacional do Seguro Social apurar e constituir, por lançamento, o seu crédito previdenciário, em decorrência de não tê-lo no exercido no lapso de tempo que a lei lhe assegurou pelo INSS;
- c) prescreve em três anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil;
- d) na hipótese de cessação do pagamento do benefício previdenciário, tendo o segurado interposto recurso contra tal decisão, a prescrição quinquenal somente começa correr a partir da decisão definitiva do processo administrativo;
- e) todas estão corretas.

## **DIREITO COMERCIAL**

**47) Sobre o contrato de representação comercial, analise as seguintes proposições, anotando V para aquelas verdadeiras e F para as falsas. Ao final, indique a seqüência correta:**

- I- Exerce a representação comercial autônoma a pessoa física, sem relação de emprego, que desempenha, em caráter não eventual, a mediação para a realização de negócios mercantis, agenciando propostas ou pedidos, para, transmiti-los aos representados, praticando ou não atos relacionados com a execução dos negócios;
- II- É obrigatória a inscrição do representante comercial no Conselho Regional de Representantes Comerciais;
- III- O contrato firmado entre o representante comercial e o representado necessariamente deve ser escrito;
- IV- Prevendo o contrato de representação a exclusividade de zona ou zonas, ou quando este for omissivo, fará jus o representante à comissão pelos negócios aí realizados, ainda que diretamente pelo representado ou por intermédio de terceiros.
- V- Prescreve em cinco anos a ação do representante comercial para pleitear parcelas da retribuição que lhe é devida, bem como os demais direitos garantidos em lei. Rompido que seja o contrato opera-se a prescrição dentro de dois anos contados do rompimento.

- a) V, F, V, V, F;
- b) V, V, F, V, V;
- c) F, V, F, V, V;
- d) V, V, V, V, F;
- e) F, V, V, F, V;

**48) Sobre a falência indique a alternativa incorreta:**

- a) A decretação da falência suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário;
- b) É permitido pleitear, perante o administrador judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos derivados da relação de trabalho, mas as ações de natureza trabalhista, inclusive as impugnações aos cálculos, serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito, que será inscrito no quadro-geral de credores pelo valor determinado em sentença;
- c) Independentemente da verificação periódica perante os cartórios de distribuição, as ações que venham a ser propostas contra o falido deverão ser comunicadas ao juízo da falência imediatamente após a citação, sendo atribuição exclusiva do síndico a comunicação, sob pena de responsabilidade;
- d) A decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis também acarreta a falência destes, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida e, por isso, deverão ser citados para apresentar contestação, se assim o desejarem.
- e) A decretação da falência determina o vencimento antecipado das dívidas do devedor e dos sócios ilimitada e solidariamente responsáveis;

**49) Uma vez decretada a falência, os créditos de terceiros perante a massa serão organizados respeitando a seguinte ordem preferencial para pagamento:**

- a) 1) derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho; 2) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; 3) créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias; 4) créditos com privilégio especial;
- b) 1) derivados da legislação do trabalho, sem qualquer limite, e os decorrentes de acidentes de trabalho; 2) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; 3) créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias; 4) créditos com privilégio especial;
- c) 1) derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos considerando todos os credores desta natureza, e os decorrentes de acidentes de trabalho; 2) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; 3) créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias; 4) créditos com privilégio especial;
- d) 1) derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho; 2) créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias; 3) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; 4) créditos com privilégio especial;
- e) 1) derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos considerando todos os credores, e os decorrentes de acidentes de trabalho; 2) créditos com privilégio especial; 3) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; 4) créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias;

**50) Sobre a desconsideração da personalidade jurídica tratada pelo Código de Defesa do Consumidor, analise as seguintes proposições assinalando ao final a alternativa que indica quantas estão corretas.**

- I- O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.
  - II- A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
  - III- Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
  - IV- As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
  - V- As sociedades consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- a) todas as proposições estão corretas;
  - b) apenas uma proposição está correta;
  - c) apenas duas proposições estão corretas;
  - d) apenas três proposições estão corretas;
  - e) nenhuma proposição está correta;

(\*) A letra “b” da questão n. 08 foi retificada. Onde se lê: **estão incorretos apenas os itens I e IV**, leia-se: **está incorreto apenas o item IV**.

(\*\*) A letra “c” da questão n. 11 foi retificada. Onde se lê: **..., quando a gratificação não seja inferior a 1/13 do salário ...**, leia-se: **..., quando a gratificação não seja inferior a 1/3 do salário...**

(\*\*\*)

A letra “c” da questão n. 14 foi retificada. Onde se lê: **somente os itens II, III e IV estão incorretos**, leia-se: **somente os itens III e IV estão incorretos**.